



# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

## **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015**

O Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios e Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidoras de Veículos e Congêneres no Estado da Bahia – SINDCON-BA, inscrito no CNPJ sob o Nº 63.226.336/0001-97, com endereço na Rua do Rosário, Nº 04, Sala 10, Centro, Salvador/Ba, que é também **DENOMINADO** Sindicato dos Trabalhadores de Vendas de Consórcios e Veículos do Estado da Bahia, regularmente representado por seu presidente Sr. **Jorge Raimundo da Fonseca**, CPF nº 357.683.125-87 e a categoria patronal respectiva, representada pelo **Sindicato dos Administradores de consórcios – SINAC** com CNPJ nº 43.058.148/0001-90, representado pelos representantes legais, pactuam instrumento da categoria profissional específico abrangida, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

1.1 As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 e a data-base da categoria em 1º de julho.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

2.1 A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em Administradoras de consórcios, com abrangência territorial em todo Estado da Bahia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Ficam assegurados aos empregados abrangidos por este termo aditivo, à exceção do menor aprendiz, piso normativo que obedecerá aos seguintes critérios e valores e que abrangerá todas as verbas remuneratórias, ou seja, parte fixa do salário, comissões e percentuais, a saber:

a) Piso Normativo de Admissão: R\$ 746,90 (Setecentos e quarenta e seis reais e noventa centavos);

b) Piso Normativo de Efetivação: R\$ 808,50 (oitocentos e oito reais e cinquenta centavos).

Parágrafo único. Entende-se por Piso Normativo de Admissão aquele devido durante os seis primeiros meses de trabalho na empresa, contado da data de admissão, e por Piso Normativo de Efetivação aquele que vier a ser pago após o término do mencionado período.

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

4.1 As empresas corrigirão os salários de seus empregados em 1º de julho de 2014 pelo percentual de 10% (dez), por cento a ser aplicado sobre os salários de 30 de junho de 2014. Referente à inflação acumulada nos últimos doze meses mais produtividade.

4.2 As empresas não poderão compensar aumentos, antecipações ou reajustes espontâneos que tenham sido concedidos a partir de 1º de julho de 2013.

4.3 O percentual de reajuste negociado nesta cláusula somente será aplicável sobre a parte fixa do salário.

### **CLÁUSULA QUINTA - REPERCUSSÃO DA MÉDIA DE COMISSÕES**

As férias, 13º salário, aviso prévio, licença maternidade e verbas rescisórias do empregado comissionista, puro ou misto, serão calculadas com base na média de comissões dos últimos 12

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**



# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

(doze) meses.

## **CLÁUSULA SEXTA - GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALÁRIO)**

Fica facultado ao empregado solicitar a 1ª parcela do 13º salário quando do recebimento do aviso de férias, a ser pago conjuntamente ao ensejo das férias.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS**

A hora extra será paga com adicional de 50% (cinquenta por cento) as 2 (duas) primeiras horas e 70% as demais sobre salário hora normal, valendo o pactuado nesta cláusula para atender a exigência do art. 59 da CLT.

## **CLÁUSULA OITAVA – TRIÊNO**

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de serviço efetivo ao mesmo empregador, 1% (um por cento) do piso normativo, limitado o pagamento a esse título ao valor do salário mínimo legal.

## **CLÁUSULA NONA – COMISSÃO**

Considera-se efetiva a venda de cota de grupo de consórcio, e devida a comissão ao comissionista, com a confirmação de pagamento da terceira parcela mensal pelo consorciado.

9.1 Se a desistência do consorciado for posterior ao efetivo pagamento da 3ª parcela, não caberá estorno ou devolução da comissão paga, ressalvada a hipótese de a venda da cota apresentar defeito ou vício que torne nulo o negócio da venda da cota de grupo de consórcio.

9.2 A comissão devida ao comissionista nos termos desta cláusula será paga de uma só vez ou em parcelas, conforme ajuste entre o comissionista e o empregador.

9.3 Havendo pagamento de parcela ou parcelas de comissão ao comissionista antes da efetiva venda da cota com a confirmação de pagamento da terceira parcela mensal pelo consorciado, e se nesse lapso de tempo o consorciado desistir de participar do grupo, o empregador terá o direito de estornar ou ter restituída a importância paga a título de antecipação.

9.4 A restituição de comissão de que trata esta cláusula aplica-se, também, às hipóteses de a venda da cota ser cancelada antes da constituição do grupo ou se o pagamento da primeira parcela e da taxa de adesão for efetuado por meio de cheque sem suficiente provisão de fundos.

9.5 A forma e modo de restituição de valores de que trata esta cláusula serão previamente ajustadas entre o empregador e o comissionista, cujo valor não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) da remuneração líquida do comissionista.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO**

As empresas concederão aos seus empregados, por dia de trabalho, refeição in natura por meio de restaurante próprio ou de convênios ou, alternativamente, fornecerão vale refeição destinado a aquisição de refeições prontas.

Haverá a participação financeira do trabalhador, baseado no artigo 4º da Portaria número 03, de 1º de março de 2002 no que tange ao custo da refeição.

10.1 as empresa que fornecem tíquetes refeição aos seus empregados, reajustarão com o percentual estabelecido na clausula terceira desta convenção.

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**



# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - QUEBRA DE CAIXA**

O empregado contratado para a função de caixa receberá adicional, a título de quebra de caixa, equivalente a 10% (dez por cento) de seu salário nominal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONVÊNIOS E AUXÍLIOS**

12.1 As empresas poderão firmar convênios com cartão multibenefícios visando à aquisição, pelos trabalhadores, de produtos nos estabelecimentos conveniados.

12.2 As empresas que financiarem as compras referidas no item anterior, observarão o limite de comprometimento do salário e o número de prestações definidas pelo cartão.

12.3 As compras mencionadas no item 32.1 somente poderão ser efetuadas exclusivamente pelos empregados e deverão ser objeto de comprovação através de extratos fornecidos pelo cartão.

12.4 Ficam as empresas autorizadas a promover descontos nos salários dos empregados referentes às parcelas das compras, não se incorporando os mesmos ao salário para qualquer finalidade legal, bem como a descontar a totalidade das parcelas devidas no ato da rescisão do contrato de trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

Fica vedada a celebração de contrato de experiência, em readmissões nas mesmas funções anteriormente exercidas na mesma administradora de consórcios.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES**

Os contratos de trabalho terão as rescisões homologadas no Sindicato representante da categoria profissional, que manterá plantão diário de atendimento para tal fim.

**"Parágrafo único.** A administradora de consórcio fornecerá carta de informação ao empregado no ato de demissão sem justa causa e desde que nada desabone a sua conduta durante o vínculo empregatício."

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PREVIO ESPECIAL**

Ao empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, e concomitantemente, tenha mais de 50 (cinquenta) anos de idade, fica assegurado o aviso prévio de 60 (sessenta) dias no caso de rescisão sem justa causa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBSTITUIÇÃO**

Enquanto perdurar a substituição que tenha caráter não eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído, sem se considerar vantagens pessoais.

Para efeito do disposto nesta Cláusula, considera-se não eventual a substituição igual ou superior a 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EMPREGADA GESTANTE**

A empregada gestante terá estabilidade desde a concepção até 05 (cinco) meses após o parto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE PRÉ APOSENTADORIA**

O empregado que prestar 10 (dez) anos de trabalho ao mesmo empregador e que estiver a 24 meses de contribuição previdenciária para adquirir o direito à aposentadoria **integral**, desde que informe o empregador essa condição, somente poderá ser dispensado por justa causa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**



# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HORAS PONTE**

Durante a vigência desta convenção, as empresas poderão ajustar, diretamente com seus empregados, sistemas de compensação de jornadas com a finalidade de suprimir trabalho em dias intercalados entre feriados, dias santos e repousos, sendo que a jornada suprimida será recuperada mediante prestação de serviços em outros dias, na forma que vier a ser pactuada pelas partes.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESCANSO SEMANAL DO COMISSIONISTA**

Ao empregado comissionista, além das comissões a que fizer jus, será assegurado o pagamento dos repousos semanais remunerados, nos termos do artigo 1º da lei 605/49 e Enunciado do TST nº. 27.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTA ESTUDANTIS**

Serão abonadas as horas necessárias ao empregado estudante para a prestação de exames, desde que em estabelecimento de ensino oficial, reconhecido ou autorizado, mediante pré-aviso ao empregador, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, comprovando sua presença por atestado do estabelecimento de ensino.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARNAVAL**

As partes ajustam que na terça-feira de carnaval não haverá expediente nas empresas, e a segunda-feira, imediatamente anterior. e meio dia de quarta-feira, imediatamente posterior, não poderá ser compensados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FÉRIAS**

Serão garantidas férias proporcionais ao empregado que rescindir seu contrato de trabalho com menos de 12 meses de vigência e que tenha pelo menos 6 (seis) meses de trabalho prestado para a mesma empresa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES DE TRABALHO**

O empregador que exigir uso de uniforme fica obrigado a fornecê-lo gratuitamente.

Ocorrendo o término do contrato de trabalho, o empregado deverá devolver os uniformes, sob pena de sofrer desconto, em salário ou verbas rescisórias do respectivo valor.

Na vigência do contrato, as substituições de uniformes somente serão feitas mediante devolução do uniforme usado.

O empregador fica obrigado a substituir os uniformes anualmente entregando-se 02 (dois) uniformes para cada empregado. Ficando o empregado obrigado a devolver os uniformes, sob pena de sofrer desconto.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS**

Para justificativa de faltas durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento de trabalho por motivo de doença, somente terão validade os atestados emitidos por médicos ou dentistas credenciados pelas empresas e/ou empresa conveniada, exceto para aquelas que não possuem serviço médico próprio ou contratado, ou não dêem atendimentos médico ao empregado nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, hipóteses em que valerá o atestado médico do sindicato profissional ou de profissional conveniado. Fica permitido ao empregado apresentar ao empregador atestado de comparecimento para consulta médica.

25.1 As faltas justificadas na forma do parágrafo anterior não prejudicará o empregado no recebimento da cesta básica fornecida pela empresa.

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**



# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA CAMPANHAS DE SINDICALIZAÇÃO**

Os diretores do **SINDCON/BA** e seus prepostos poderão ter acesso aos estabelecimentos das administradoras de consórcios, nas promoções de campanhas de sindicalização, desde que mediante prévia comunicação e realizadas em locais e horários previamente autorizados, de forma a não prejudicar as atividades operacionais de vendas, e demais setores essenciais, ou de atendimento a clientes e ao público consumidor em geral.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS**

As empresas se obrigam a descontar do salário de todos os seus empregados representados pelo sindicato profissional conveniente, as mensalidades e contribuições sindicais, aprovadas com base em decisão dos trabalhadores da categoria, tomada em assembléia geral extraordinária, realizada em 24/01/2014, para AUTORIZAR às empregadoras descontarem mensalmente da remuneração de cada empregado o valor de R\$ 10,00 (dez reais), a título de contribuição para custeio do sistema confederativo, em benefício do sindicato dos trabalhadores, aprovando, ainda, o DIREITO À OPOSIÇÃO aos descontos dos não presentes à assembléia, através de manifestação, por escrito, através de correspondência protocolada junto ao SINDCON-BA, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo de pedido de registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

27.1 O valor da contribuição deverá ser recolhido pelas empresas mensalmente ao **SINDCON/BA**, através de depósito em conta corrente Agência 0064 Operação 03 Conta 3609-2 e enviara as RAIS e relação dos contribuintes para o **SINDCON/BA**, ou de boleto bancário enviado pelo sindicato laboral, no prazo de 05 (cinco) dias após a data da efetivação do desconto.

27.2 A empresa que não realizar o desconto ou o recolhimento estabelecido nesta cláusula nos prazos definidos para sua efetivação, arcará com o pagamento do respectivo valor, com juros de mora de 1% ao mês mais multa de 2,0% (dois por cento), sobre o valor corrigido.

27.3 Fica vedada a participação e/ou interferência das empresas nas decisões dos trabalhadores quanto à oposição aos descontos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - IMPOSTO SINDICAL**

Com base nos arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho e da Portaria nº. 488 de 23 de novembro de 2005 do Ministério do Trabalho, ficam as empresas empregadoras de todos os trabalhadores abrangidos por esta convenção, a fazer o desconto e repassar ao SINDCON-BA através de guias GRCSU emitidas por este ou, em caso de utilizar outros mecanismos, informar o CÓDIGO SINDICAL desta entidade Nº. 005.811.04454-9

As empresas deverão no prazo de 15 dias remeterem ao sindicato laboral, copia da GRCSU paga acompanhada da relação dos empregados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DO PROFISSIONAL DE CONSÓRCIO**

O dia do profissional de consórcio - 9 de outubro - será comemorado no dia 22 de outubro de 2014, sem expediente.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MULTA**

Fica estabelecida multa para quaisquer das partes convenientes no valor de 3% (três por cento) do piso normativo previsto nesta convenção, por infração de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva, e por trabalhador abrangido, exceto para aquelas para as quais já estiver prevista sanção específica, salvo tratando-se de cláusula que se cumpra em único ato.

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**





# **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

O valor da referida multa reverterá em favor da parte prejudicada.

Em caso da questão estar sendo discutida em juízo, a multa não será devida.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DIVULGAÇÃO DA CCT**

Fica o **SINDCON/BA** responsável pela divulgação deste Convenção Coletiva de Trabalho aos empregados das empresas, para o devido cumprimento.

## **CLÁUSULA TRIGESIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DE PAGAMENTO DE CLIENTES:**

14.1. Cada estabelecimento empresarial, exceto quando só aceitar pagamento de cliente em espécie, deverá implantar serviço de consulta a cheques e cartões de crédito mediante convênio com as empresas que prestam tais serviços, para utilização pelos empregados quando do recebimento de cheques fornecidos pelos clientes para pagamento dos serviços e vendas de produtos, ou definir as normas de consulta da empresa dando conhecimento por escrito a todos empregados.

14.2. Não poderão ser descontados da remuneração dos empregados que manuseiem com numerários, os valores equivalentes a cheques e/ou cartões de crédito por estes recebidos de clientes em pagamento de serviços e vendas, exceto quando recebidos sem a observância das seguintes normas:

- a) Cheques de pessoas físicas e jurídicas, somente com o visto do gerente ou chefe de setor. Tem que constar no verso do cheque o número da placa do veículo, deve ser conferida a assinatura do emissor com o cartão do banco, carteira de identidade, anotação do telefone, CPF, e validade do cartão (tudo do emissor).
- b) Não receber cheque de outra praça, só com o visto do gerente.
- c) Não receber cheques de clientes da agencia bancaria com período inferior a um ano.
- d) Não receber em hipótese alguma cheques de terceiros.
- e) 14.3. Cumpre ao empregado realizar a consulta aos cheques através do sistema implantado e, se confirmado, está apto o cliente a realizar o pagamento mediante cheque, o mesmo ocorrendo com o cartão de crédito.

14.4. No prazo máximo de 30 (trinta dias) a contar da assinatura da presente norma coletivo, serão afixadas pelas empresas, em quadro de avisos à vista de empregados e clientes, as normas para recebimento de cheques e cartões de crédito, comprometendo-se a entregá-las por escrito aos empregados, mediante recibo.

## **CLÁUSULA TRIGESIMA TERCEIRA – ABONO DE DIAS**

Levando em consideração a cultura nordestinas em seus festejos, as empresa abonará os dias de:

- 1. Véspera de São João;
- 2. Véspera de ano novo.

**CLÁUSULA TRIGESIMA QUARTA – SEGURO POR ACIDENTE DE TRABALHO** – As empresas aqui representadas, colocarão à disposição dos seus empregados, apólice de seguros com cobertura para morte e invalidez permanente, por motivo de acidente de trabalho; e o valor relativo ao seguro, será dividido em percentual de 50% (cinquenta por cento) para empresa e 50%

**RUA DA FORÇA , 39 ED. BARÃO DE COTEGIPE SALA 505 - CENTRO - SALVADOR-BA  
CEP 40.060-431 - TEL. (71) 3328-3436 - EMAIL: sindcon-ba@uol.com.br**



**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS, VENDEDORES DE CONSÓRCIOS, EMPREGADOS E VENDEDORES DE CONCESSIONÁRIAS DE VEÍCULOS, DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS E CONGÊNERES NO ESTADO DA BA**

**CNPJ Nº 63.226.336/0001-97 - REG. SINDICAL Nº 35766.001265/92-19 - COD.SINDICAL Nº 005.811.04454-9**

*(cinquenta por cento) para o funcionário, qual será descontado em folha de pagamento.*

a) *As coberturas para os casos aqui previstos não poderão ser inferiores ao equivalente a R\$20.000,00 (vinte mil reais), por empregado.*

b) *As empresas que não optarem em colocar o referido plano de seguro à disposição dos empregados, arcarão com as indenizações no valor da Alínea (a) desta cláusula, em caso de morte ou invalidez permanente, devidamente comprovada por motivo de acidente de trabalho.*

**CLÁUSULA TRIGESIMA QUINTA – AUXÍLIO FUNERAL** – *As empresas aqui representadas colocarão à disposição dos seus empregados, apólice de seguro com cobertura de serviços relativos ao auxílio funeral para morte do seu empregado, por motivo de acidente, e o valor do referido seguro, será dividido em percentual de 50% (cinquenta por cento) para empresa e 50% (cinquenta por cento) para o funcionário, qual será descontado em folha de pagamento conforme condições abaixo:*

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – *O valor da cobertura prevista no caput desta cláusula será de no mínimo R\$ 3.000,00;*

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – *As empresas que não contratarem o referido seguro reembolsarão ao dependente do empregado falecido as despesas com funeral, desde que comprovadas, limitadas ao valor previsto no parágrafo anterior. Tal pagamento poderá ser feito por iniciativa da Empresa ou por solicitação do beneficiário;*

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – *O dependente a que se refere o parágrafo anterior será o mesmo que receberá os benefícios da Previdência Social. No caso de não haver dependente registrado, o auxílio deverá ser pago ao sucessor do Empregado falecido, na forma da lei civil.*

Por estarem assim justos e acordados, os Sindicatos, qualificados no preâmbulo, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em três (3) vias de iguais forma e teor para que produzam todos os efeitos jurídicos e para ser levada a registro perante a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia.

Salvador, BA, 24 de janeiro de 2014.

**Jorge Raimundo da Fonseca,**  
**CPF nº 357.683.125-87**  
**Presidente**